

D. PEDRO II E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

“PEDRO, TU ÉS PEDRA, E SOBRE ESTA PEDRA CONSTRUIREI O MEU BRASIL”

Asp (CA) Vitor Deccache Chiozo

INTRODUÇÃO

Um dos fatos mais emblemáticos que já se registrou na historiografia dos países sul-americanos é sem dúvida a preservação da unidade política e territorial do Brasil. Uma ilha de tranquilidade em meio à anarquia que devorava a América do Sul nos primeiros anos do século XIX.

Podia-se prever tudo, menos que a Nação não iria se fragmentar frente aos choques de interesse e de ambições das elites provinciais no alvorecer do Império após o propagandístico gesto do Ipiranga. Mas como se deu esse “miraculoso” processo?

Neste ensaio, não irei dissertar sobre fatos históricos. Tenho por meta que, ao fim da leitura, possamos conhecer um pouco mais sobre aquele que, em minha opinião, fora o principal artífice deste feito, e que curiosamente, nos últimos anos, vem sendo resgatado e reabilitado pelo meio acadêmico nacional. Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, pela Aclamação Unânime dos Povos, que em cinquenta anos de governo constrói, conduz e consolida as bases do Estado Nacional Brasileiro. Além disso, pretendo traçar um paralelo entre as virtudes do Imperador e os valores cultivados pela nossa Marinha, que hoje caracterizam nossa Força como Instituição e nos garantem um lugar primordial nos destinos nacionais.

BRASIL: “GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA,/ ÉS BELO, ÉS FORTE, IMPÁVIDO COLOSSO”

Em menos de dez anos de administração, o Imperador extirpara o espírito caudilhista, revolucionário, por vezes separatista, que dominava o cenário político em várias províncias brasileiras. Firmou um “pacto nacional” que propiciou a paz interna e a estabilidade econômica na qual o Brasil prosperou. Como chefe de Estado, preparou e orientou os homens públicos, selecionando-os e ensinando-lhes a serem tolerantes,

a cultivarem o **respeito mútuo** apesar das opiniões políticas divergentes e, sobretudo, que o **interesse pelo bem público**, e não o particular, deveria nortear suas decisões políticas.

Ao construir o ambiente constitucional, através da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros (1848), pelo qual passariam a se revezar os dois grandes partidos do Império (conservador e liberal), propiciou a continuidade dos projetos de Estado, imiscuindo-se, ainda que não totalmente, das sórdidas querelas partidárias que tanto abominava. Tinha mesmo paixão pelas artes e ciências. Cultivava o **amor à causa pública**, o desinteresse pessoal, a austeridade e uma rigidez quase espartana em sua vida privada. Era dotado de um grande espírito contemporizador, mas também era possuidor de uma prodigiosa capacidade de dissimulação. Consolidava o Império, de forma a prepará-lo para a posição, na qual tinha uma crença inabalável, messiânica, que o Brasil, *gigante pela própria natureza*, futuramente iria ocupar no cenário das nações. Pensava o Brasil não para seus contemporâneos, mas para as futuras gerações. Durante meio século de reinado, deu-nos um exemplo de senso de dever, cumprido com **abnegação** e serenidade, visto que fora mito antes de se tornar realidade, Pedro II antes de ser Pedro de Alcântara.

Essa atuação serena e equilibrada do “rei-filósofo”, do “imperador-mecenas”, enfim, do cidadão Pedro de Alcântara é que pretendo abordar neste ensaio. O destino de seu país era intimamente ligado ao seu, confundindo-se muitas vezes. É claro que D. Pedro II não tomou todas as decisões nem participou de todos os eventos da vida nacional. Na maioria das vezes era envolvido pelas circunstâncias. Espero mostrar o exemplo e o legado de vida de um ser humano. Mostrar que é possível construirmos uma grande Nação e, no caso da Marinha, uma grande Instituição, basta acreditarmos.

“DOS FILHOS DESTE SOLO ÉS MÃE GENTIL”: PEDRO II, ÓRFÃO DO BRASIL

Sendo o único filho homem de D. Pedro I a sobreviver à infância, tornou-se o herdeiro da coroa imperial do Brasil. Em seguida, tornou-se órfão de mãe com pouco mais de um ano de idade e, na infância, sofria constantemente de febres e ataques convulsivos. Ao tornar-se imperador com apenas

cinco anos de idade, com a abdicação de seu pai, D. Pedro II se viu preso ao cargo de maior importância do país e órfão de pai e mãe, um filho da Terra Brasileira, o órfão da Nação. Não se esperava do futuro monarca os mesmos arroubos do pai, tampouco a imagem negativa de “aventureiro”, da qual Pedro I não pode se desvincular. O herdeiro era a salvação nacional. Encarnava o modelo fundador de nossa nacionalidade.



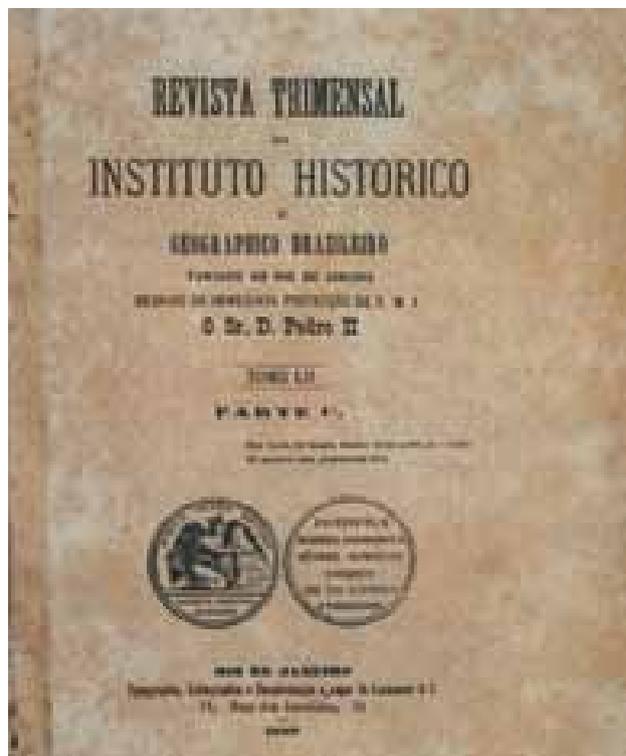
“O LÁBARO QUE OSTENTAS ESTRELADO”: O PESO DA COROA E A EDUCAÇÃO IMPERIAL

Em função de ser o depositário das esperanças nacionais, foi dada ao jovem monarca uma educação excepcional. Para tanto, sua infância foi sacrificada, em nome da razão de Estado. Parece-nos hoje um grande absurdo, mas desde cedo o futuro imperador aprendera que só com a **educação se desenvolve uma Nação**. Daí sua obstinação em criar uma instrução pública de alto nível e universal durante seu reinado, exemplificada pelo Imperial Colégio D. Pedro II, o qual se orgulhava de dizer que era a outra coisa, além de sua casa, que governava. Pedro deveria se tornar um monarca humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista e tolerante, um governante perfeito, acima das paixões políticas e dos interesses particulares. Era submetido à rígida disciplina todos os dias, inclusive aos domingos. Somente duas horas do dia eram reservadas para o lazer. Seus mestres o ensinaram a lidar com políticos e ministros de Estado, além de ter conhecimento da vida pública e principalmente, a governar o país. Desde pequeno aprendeu a conter suas manifestações espontâneas de raiva, decepção, alegria e a ter humildade. “O monarca é sempre homem, sem diferença alguma de qualquer outro indivíduo humano.”^[1]

“E O TEU FUTURO ESPELHA ESSA GRANDEZA”: A CIÊNCIA E A CULTURA NACIONAL

Nos bancos escolares, aprendemos sobre a erudição de D. Pedro II, fluente em várias línguas e conhecedor profundo de vários assuntos científicos. A curiosidade imperial não conhecia limites. “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e a ocupar posição política, preferia a de presidente ou ministro à de imperador”, dizia D. Pedro II. A augusta paixão pelo progresso, associado pelo monarca às inovações tecnológicas e ao intelecto, levou o Brasil a oito Exposições Universais, ajudando sobremaneira a exaltar nosso país internacionalmente. D. Pedro acreditava que a ciência tinha por missão a busca da existência feliz da humanidade. Através da cultura, D. Pedro II buscava a criação de uma identidade e memórias nacionais, imprescindíveis para a unificação do país. Foi o fundador, mantenedor e incentivador de inúmeras instituições científicas no Brasil, além de membro de dezenas de outras pelo mundo.

Daí sua proteção ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à Academia Imperial de Belas-Artes e ao financiamento, direto ou indireto a poetas, literatos, músicos, pintores e cientistas, para imprimir um caráter nitidamente brasileiro em nossa cultura.



Capa da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 1889



Pórtico da Academia à antiga Travessa do Sacramento (fotografia de Marc Ferrer, 1891).

“FULGURAS, Ó BRASIL, FLORÃO DA AMÉRICA”: OS SÍMBOLOS NACIONAIS

A natureza exuberante do país teve um grande papel em nossa consolidação. Necessitávamos de representação unificada no imaginário interno e externo. D. Pedro II soube se utilizar magistralmente destas imagens. Destaco a escolha dos símbolos do Império do Brasil: ramos de café e tabaco, presentes no pavilhão imperial; cacau, algodão, palmeiras, flores e frutos tropicais que retratavam o país.

O céu estrelado do Brasil estava presente no traje majestático de D. Pedro II, que continha também a exótica murça de papos de tucano, em contraponto ao arminho da realeza europeia. E o imperador buscava e disseminava diuturnamente imagens para legitimar seu Império. Se não tínhamos castelos e cavaleiros, que mostrássemos nossas ocas e guerreiros tribais tupiniquins. O indígena idealizado e a mata nativa dos trópicos firmavam-se no imaginário deste longínquo reino americano. Até hoje, a influência dessa simbologia é sentida. Além da melodia do próprio Hino Nacional, cujos versos ilustram os subtítulos deste ensaio, a nossa mais alta condecoração é a ordem do Cruzeiro do Sul, remanescente do período imperial. A distribuição de títulos de nobreza, já que éramos uma monarquia, também obedeceu a um costume bem peculiar e simbólico: topônimos e designações indígenas. Uma caricatura do costume europeu? Ou a tentativa de criação de um passado nobre, de uma identidade nacional?

“...SE ERGUES DA JUSTIÇA A CLAVA FORTE”: POLÍTICA

Rui Barbosa uma vez declarou: “(...) A Monarquia parlamentar, lealmente observada, encerra em si todas as virtudes preconizadas, sem o grande mal da República, mal inevitável. O mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado (...)”. D. Pedro II utilizou o poder moderador com sabedoria em busca da plenitude democrática, da iniciativa individual e da alternância dos partidos, da liberdade de imprensa e de expressão. Lia diariamente os periódicos da corte e das províncias. Escreveu certa vez: “A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca”. O período conhecido como a Conciliação coincidiu com o apogeu do Império do Brasil. Abominava a corrupção e o favoritismo, visto serem defeitos de caráter. Primava pela justiça e imparcialidade no trato do bem

público. Entendia que era o primeiro dos brasileiros e que deveria dar o exemplo. “Nunca abri meu coração a um sentimento de ódio, nunca pus o meu poder ao serviço de vinganças”. Mas deixemos o ilustre senador Joaquim Nabuco nos dizer e resumir meu pensamento: “Trata-se de um homem cuja voz, durante cinquenta anos, foi sempre, em Conselho de Ministros, a expressão da tolerância, da imparcialidade, do bem público, contra as exigências implacáveis e as necessidades às vezes imorais da política. Se chefes de partido disseram que com ele não se podia ser ministro duas vezes, foi porque ele os impediu de esmagar o adversário prostrado”.

DEITADO ETERNAMENTE EM BERÇO ESPLÊNDIDO? E O IMPÉRIO VAI À GUERRA, OU A REALIDADE BATE À PORTA

Exagerado em seu estilo “paisano”, o Imperador não se furtou de partir para a fronteira, em uniforme militar, frente aos primeiros movimentos da Guerra do Paraguai (1865-1870). É bem verdade que, aos olhos de D. Pedro, os militares não passavam de uma necessidade, que ele quisera utilizar melhor como astrônomos, matemáticos e engenheiros. Ninguém poderia imaginar sua reação “belicista”. Ele deveria ser o primeiro cidadão, o voluntário primeiro, o exemplo de **abnegação**. Não contara, porém, com a resistência paraguaia e com o abandono da Tríplice Aliança por parte da Argentina e do Uruguai, desconfiados do verdadeiro propósito da guerra, que não uma manobra imperialista brasileira. O pacífico monarca transformara-se no “senhor da guerra”, no rei inflexível conduzindo seu povo num conflito que selaria a sorte de seu Império. O Exército e a Armada saíram da Guerra como instituições basilares nacionais fortalecidas, promotoras de ascensão social e, portanto, ansiosas por participação política. Retardou-se a condução do processo abolicionista pelo imperador, visto tratar-se de um “suicídio nacional” que abalaria a produção econômica brasileira e afetaria o esforço de guerra, sem contar a possibilidade de uma guerra civil. Poderemos citar ainda o endividamento nacional externo, abalando sobremaneira a estabilidade financeira e o progresso econômico tão bem guardados pelo monarca e por seus ministros. Penosa e sacrificante para a Nação, a realidade da guerra significou o ponto de inflexão da política imperial. Marcou o apogeu e o declínio do Império do Brasil e expôs as contradições que iriam por em xeque a monarquia. O mundo real era bem diferente dos livros e compêndios científicos...

SE EM TEU MANTO A IMAGEM DO CRUZEIRO RESPLANDECE... NÃO MAIS! O MONARCA-CIDADÃO E AS VIAGENS INTERNACIONAIS

A época de consenso político e estabilidade tinha passado. A guerra deixara marcas profundas na fisionomia do Imperador. Envelhecera rapidamente, retratando a imagem que hoje perpetua em nossa lembrança, a do ancião de barbas brancas. É claro que o Império colheu os frutos da vitória, mas o que percebemos é um afastamento gradual do Imperador do cenário ostensivo dos áureos tempos. O povo “o queria mais ver de cetro, reinando a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem”, ironizara Gilberto Freyre. Porém, não era mais esse o desejo de sua majestade.

Na contramão de seus pares europeus, e até mesmo da opinião pública de seu país, D. Pedro gradativamente se descolava da imagem de rei-forte. Irritava-se constantemente com os grandes e faustosos rituais. Inclusive renunciara ao título de soberano, pois, dizia, a soberania emanava do povo. Propositalmente, ao trocar a coroa pela cartola, o Imperador procurava passar aos outros países uma imagem de cidadão do mundo, emancipado culturalmente. Reinventara-se, de forma a atenuar sua representação, tão marcante, como um tirano da guerra. Nesse momento veremos o uso expressivo dos daguerreótipos, da fotografia, por parte da Casa Imperial. É também o período marcado pelas viagens internacionais de D. Pedro II, cujo epíteto a partir de então será o de “monarca itinerante”. As viagens também possuíam um caráter estratégico: ajudavam a demarcar as fronteiras do Império e aumentar a recepção da imagem do monarca interna e externamente. O imperador se afastava do país na mesma proporção em que as contradições políticas e sociais tomavam conta do panorama do Império. O pivô sobre o qual giravam os destinos do Império já não aparentava ser tão fulcral.

OCASO

Tendo se afastado da representação divina predominante no início de seu reinado e pouco convincente como monarca-cidadão, D. Pedro mais parecia um

estrangeiro em suas próprias terras. Ao contrário da imagem de luxo desmedido deixada pelo baile da Ilha Fiscal, uma exceção no descarnado mundo social da corte, o Imperador vivia mal. Cortava gastos, fazia empréstimos para as viagens ao exterior e usava a verba oficial que recebia do Estado em obras beneficentes. No fim do reinado, não queria saber de festas e achava os bailes “uma maçada”. O glamour da realeza brilhava cada vez menos, em grande parte devido ao próprio monarca, que já não escondia sua indiferença em relação aos negócios de Estado ou a ostentar publicamente uma atitude oscilante na condução do processo político.

O teatro imperial se esvaziava. O último ato era iminente. Políticos e políticas que eram o esteio do regime já não mais existiam, e o Imperador mostrava sinais de fraqueza. O monarca tropical era muito mais popular do que sua versão cidadão, o “imperador-cinzentos” com seu surrado jaquetão preto e com as Ordens do Cruzeiro do Sul e do Tosão de Ouro ao peito. Seus paramentos (trajes, carruagens, bate-dores), no fim do Império, davam uma impressão quase carnavalesca à sua corte. Ao descuidar-se de sua imagem, D. Pedro deixava mais evidente as reais fragilidades do regime, até então associado à estabilidade do Estado.

Monarca sem querer sê-lo, civilizado em um país escravocrata, cidadão em uma terra que desconhecia a cidadania, D. Pedro não atendia aos novos interesses e aspirações das classes emergentes. Era o “emperrador”. Para a maioria dos brasileiros, os estudos a que o imperador se entregava apaixonadamente não se adaptavam à política ou à vida cotidiana do Império. Talvez a obsessão pela simplicidade de Pedro beirasse o esnobismo às avessas. Era como se fosse tão importante que precisasse o tempo todo se esforçar para agir como um sujeito comum. D. Pedro perdia gradativamente parte da identificação que obtivera junto ao povo brasileiro. Mais parecia um fantasma de seus congêneres europeus. O regime se associava ao atraso e ao estrangeirismo. Parecia até que o monarca pressentia seu fim.

Nada escapava das caricaturas e críticas dos pasquins de então. Eram retratadas sua imperial sololência, causada por diabetes, nos compromissos oficiais, a personalidade forte e voluntariosa, sua

“Renunciara ao título de soberano, pois, dizia, a soberania emanava do povo. Propositalmente, ao trocar a coroa pela cartola, o Imperador procurava passar aos outros países uma imagem de cidadão do mundo.”

capacidade de dissimulação, as pernas finas e voz estridente, sua mania de erudição e as formalidades ausentes de conteúdo das Falas do Trono, seu pronunciamento na abertura dos trabalhos da Assembleia. A República não podia esperar a morte do Velho Imperador...

“TERRA ADORADA,/ ENTRE ENTRE OUTRAS MIL,/ ÉS TU, BRASIL”: PATRIOTA ATÉ O FIM

“(...) Deixo esta pátria de nós estremecida, a qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação por quase meio século que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-se pois eu com todas as pessoas de minha família conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade”. “Rei que é rei jamais perde a realeza”, diz o dito popular. Fora enterrado com honras de chefe de Estado, o que provocou desconforto no governo republicano. Erudito e letrado, o ex-monarca seguiu à risca o costume oriental de levar para o exílio terra pátria. Ao morrer, deixara escrito: “É terra de meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora de minha pátria”. **Patriota** até o último suspiro, não esquecera sua gente, sua terra. Retomara em seu derradeiro momento a imagem de mártir com a qual iniciou seu reinado.

CONCLUSÃO: A NOSSA MARINHA E O IMPERADOR

Nossa Marinha, cujo surgimento confunde-se com o nascimento do Estado Nacional Brasileiro, ensina aos seus futuros oficiais, os Aspirantes da Escola Naval, os princípios que devem nortear nossa vida e vocação. Esses princípios são descritos em uma publicação denominada “Nossa Voga” e dispostos graficamente na “Rosa das Virtudes”. Ao analisarmos a trajetória de D. Pedro II e sua colaboração no processo histórico brasileiro, percebemos que seus valores pessoais são os mesmos que cultivamos em nossa Força. Valores que credenciam nossa Instituição a ser um órgão de grande representação interna e externa e de possuir grande credibilidade junto à opinião pública. Patriotismo, abnegação, primar pela educação de qualidade, imparcialidade no trato do bem público, transparência, defesa dos valores democráticos, instituições públicas de qualidade são somente alguns deles. O governante, o líder, o oficial, o Aspirante que os seguir será bem-sucedido em sua trajetória, tal qual D. Pedro II, cujo reinado tornou-se símbolo de dedicação ao país e foi uma obra-prima da arte de liderar. Portanto, a Marinha do Brasil permanece hoje como a guardiã dos ideais que formaram nosso país e o tornaram esta grande Nação. Com uma Marinha forte e inserida no contexto da sociedade, o destino de nosso país, naturalmente, será o de figurar dentre as grandes Nações modernas. Viva a Marinha! Viva o Brasil.

NOTA

[1] *Instruções aos preceptores de D. Pedro II, Marquês de Itanhaém.*

BIBLIOGRAFIA

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REVISTA

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, edição 2034, 14 de novembro de 2007.

SITE

www.wikipedia.org